

DITADURA MILITAR, NAO!

O sr. general Gomes da Costa ouviu por certo os gritos contra a ditadura militar saídos dos labios do Povo quando da sua nova entrada em Lisboa.

Não sabemos se o sr. general está capaz de pensar.

Muitos dos que o rodeiam e incensam dizem que não, que está amnésico e necessita de quem, por ele, pense, actue e governe.

E' possivel. No entanto, para nós, o sr. general, é o chefe do governo por direito de conquista levada a cabo mercê de estranha traça de guerra e de guerra feita á moderna em que os homens, mesmo os mais altos, se transformam em toupeiras ou rastejam como reptis.

O sr. general, pois, ouviu e deve ter compreendido que, se caminhar para a ditadura militar, terá contra si o Povo que anda sempre nos seus labios tratado com apparencia de tanto carinho como o que neles aflora ao sorrir para os netos que, sabemos, estremece.

*
* * *

O Povo não quer ditadura militar porque vê nela a violencia, a perseguição, o assalto, a mordça a todas as liberdades conquistadas. O Povo não quer porque sabe que após ela, viria a Monarquia!

O Povo não quer porque conhece bem a brutalidade de muitos officiaes dos quais alguns quando acompanhavam o general na sua nova entrada, só porque se gritava abaixo a ditadura. sacavam das pistolas e agitavam os *sticks*!

*
* * *

E o sr. general bem pode não abandonar o apoio do Povo.

Dizemo-lo na certeza de que lhe damos um bom conselho.

As baionetas sobre que se apoia, pela fatalidade historica, terão que o espetar.

Na sombra já se agita o vulto de qnem o virá substituir. Os jornais conservadores já esboçam a manobra.

O vulto do sr. Sinel de Cordes recorta-se obeso, do fundo negro das horas futuras. O sr. Sinel de Cordes já é para os conservadores, o *general mais prestigioso do nosso exercito*!

Gomes da Costa, será, primeiro, caluniado, depois desgostado e, por fim, expulso!

O que o sr. general Gomes da Costa fez a Cabeçadas, fará Sinel de Cordes a Gomes da Costa.

*
* * *

Apoie-se, pois, o chefe do governo no Povo e não só no exercito.

Faça desaparecer o escusado aparato belico de que se rodeia, afaste de si os integralistas que o ajudam e querem aderir á Republica (!) e trabalhe, trabalhe e trabalhe!

Com o nosso apoio? Não! mas com o nosso espirito de Justiça. Nunca hesitaremos em aplaudir o que de bom fizer, mas tambem nada nos fará calar perante os erros que cometer.

O que se fez ao comandante Cabeçadas foi uma deslealdade impropria de militares mas os homens não nos interesam.

A situação de hoje é tão boa como a de ontem: a palavra Republica, anda em todos os labios, aatrição á Republica advinha-se no actos de muitos!...

Cada cabeça, cada sentença

...E o sr. general, puxando dum papel, afirmou na sua voz rude: — ora aqui está a salvação da Patria!...

Os colegas do gabinete ficaram um pouco desconcertados, mas o sr. ministro da guerra, imperturbavel, desatou a ler o programa que trouxera na algibeira — como quem traz em seu poder um talisman maravilhoso...

— Os tipos vão ficar de boca aberta! pensava o general. E poz-se a lêr, arrastando um bocado as palavras.

O sr. ministro da justiça bocejava. Os outros ministros pensavam em assuntos diferentes, só o comandante Cabeçadas, cogitava, e descobria pelo estilo, como um gato com rabo de fóra — o verdadeiro autor da maravilha...

— General, mas isso que é?

— Oçam, oçam!...

Eram artigos de fundo truncados, dispersos, cheios de toda a especie de remeniscencias, de theorias vêsugas, anonimas, de rasgões de programas politicos, de empirisimos sociais — e de leria, de sedição leria a proposito do ensino...

— Mas então, no fim de contas, a revolução, a salvação de Portugal — está nisso, nessa papelada reles, meu general?

E' com essa prosa pouco ductil de sociólogo de meia-tijela, que o exercito vai redimir a Patria escravizada, sr. Gomes da Costa?

...E o conselho de ministros já não bocejava, sorria, embalado naquela lenga-lenga, uns satisfeitos gostando, contentes por terem um programa, por poderem dizer que tambem pensavam, apesar de serem ministros — e outros os mais espertos, varados, abismados, sem saberem onde tudo aquilo ia parar...

E á mesma hora, o sr. Meira e Sousa, sentia-se veridicamente o maximo redentor da nação e do patz...

...E finalmente, o general, acabou de lêr a sua estrada tesc. Mas ninguem tugia, nem mugia. Só o sr. comandante Cabeçadas, irritado, batia o pé...

— Mas afinal quem é o Presidente do Ministerio? Quem é que tem obrigação de apresentar aqui um programa?

— Eu trouxe estas piadas porque já estava cansado de ouvir dizer que nós não sabiamos o que queriamos, que não tinhamos ideias, que não pensavamos!... E com isto, caramba, sempre podemos substituir o plano do José Eugenio...

Bom. Manda-se o papel para os jornais. E quando os srs. ministros julgavam ir fazer um figurão, zaz, cai-lhes meio mundo em cima, a gosar de palanque a pepineira, os planos e as caloirices que o sr. general leu em conselho de

ministros, como quem inventa as novas taboas da lei...

Foi um fiasco. O comandante Cabeçadas, a querer salvar a reputação dum governo republicano, que devia ter ideias dentro dum sentido democratico — e declarava aos quatro ventos que o programa do general, foi só para passar um bocado da tarde.

Leu aquilo como nos podia ter lido — e isso seria mais agradável, algumas historias de Bocage.

Meteram-lhe a papelada na mão, afirmando-lhe que estava ali o elixir do genio politico, e o general caiu na esparrela!...

* *

Mas quem manda afinal? Quem?

Nós — gritam os de Sacavem, apesar de se fazerem passar por criaturas pacificas...

Nós — berram os do Porto.

Nós — afirmam com *panache* os aviadores e o nucleo intelectual e republicano do exercito.

Nós — dizem certos regimentos da guarnição.

Nós — declara o governo em conjunto, apesar de cada ministro querer toda a autoridade para si.

Nós — insistem os da ditadura a oleo de ricnio.

Nós — querem os da monarchia.

E como todos começaram a puxar cada um para seu lado, o milagroso programa mal o general acabou de fazer a sua solene leitura — ficou logo feito em pedaços, esfarrapadinho de todo.

— Meu general, foi um fiasco!...

Mas amanhã outro ministro, outro salvador de Sacavem ou do Porto, da *cotterie* do sr. José Eugenio, ou do nucleo mussolinesco, ha-de apresentar outro papelucho de medida de salvação nacional. E logo os outros grupos que estão á espreita, a quererem-se comer uns aos outros, na tremenda luta de vaidades e de ambições que é a actual situação politica — hão-de surgir implacaveis a impôr a sua força.

— Não é isso que nós queremos... Porque nós temos seis mil homens, em tal parte...

E os programas hão-de cair, os homens hão de substituir-se uns aos outros rapidamente — e a comedia ha-de prosseguir, enquanto houver um militarão qualquer com farroncas e pretensões, que continue a afirmar, na novissima maneira porque em Portugal se podem ter opiniões:

— Eu tenho cinco mil homens, ás ordens. Portanto tenho razão...

E Portugal assiste a isto tudo, embasbacado.

Os militares têm as suas responsabilidades ligadas ás dos politicos que pretendem agora castigar

Veiu o exercito lançar-se num pronunciamento, em marchas e contra-marchas, como se o inimigo andasse ao longo das fronteiras no danado intento de assolar a Patria; e tudo ao pretexto de se limpar o país da corrupção politica. Descremos, porem, da obra salvadora que a classe militar — se, porventura, ella existe neste nosso lindo país de costumes tão brandos — pretende realizar agora.

Anda a tropa em guerra aberta, mas sem combate, com os partidos politicos. Os factos, porem, desmentem, ou pelo menos, fazem duvidar das boas intenções dessa obra salvadora.

Como ha de o Exercito dissipar, não já destruir, a corrupção politica, fóra de toda a legalidade e de toda a justiça, se a sua maior parte tem gerido activamente os negocios da Nação, participando da politica e até de quasi todos os escandalos que ella tem provado?

O general Gomes da Costa, não o duvidamos, é homem de palavra, e tambem é homem de palavras. Mas como ha de o alto militar cumprir a promessa—ou ameaça—que fez diante de todos os officiaes da 1.^a divisão, de cortar os direitos politicos a quantos façam parte do Exercito? A realidade desta ameaça, ou promessa, teria o consequente perigo de afastar da vida nacional o grande numero de competencias que o Exercito lhe tem dispensado. O proprio general Gomes da Costa, mesmo o comandante Cabeçadas, e talvez todos os officiaes que compõem o actual governo, teriam de dar a sua missão por impossivel antes de efectuada. Este simples facto comporta, felizmente, a garantia indestrutivel de que uma das conquistas democraticas que igualam os homens, não seja abruptamente extinta.

Em dezasseis anos de regime republicano, apesar do desafôro politico, 80 por cento dos ministros foram militares, e muitos deles se distinguiram como competencias.

O parlamento tem sido, geralmente, composto por uma media de 50 por cento de militares, que na obra legislativa somente se tem comportado como cidadãos, quer partidarios — na sua quasi totalidade — quer independentes.

Queremos, assim enunciando, que a corrupção politica seja obra do Exercito? De maneira alguma. Queremos antes significar que o pronunciamento militar não veiu modificar o problema nacional? Sem duvida. E manifestar mesmo que virá complicá-lo.

É esta ultima convicção dá nos o relato seguinte: nos escandalos formidaveis que affectaram o tesouro, a parte civil da Nação pouca interferencia teve. Nos processos dos Bairros Sociais, dos Transportes Maritimos do Estado, da Exposição do Rio de Janeiro, do Lazareto, do Deposito de Fardamentos, tem participado, princi-

palmente, militares. E até nos dizem já—e oxalá que seja boato de facil desmentido—que as portas do convento de Maíra estão sendo empregados na construção de mobiliario para os officiaes da unidade que por lá se mantem aquartelada.

Competencias tecnicas que governem a Nação? A Republica, desde a primeira hora, as acolhe francamente aquellas que tem querido colaborar no progresso social do país.

Não falemos já nos elementos civis, mas digamos que os directores gerais dos ministerios do commercio e das colonias, a supremacia nos serviços publicos, governadores de colonias ultramarinas, altos commissarios, inumeros funcionarios superiores de diferentes secretarias do Estado,—todos tem saído da classe militar.

Não comprehendemos porque fez o Exercito um pronunciamento tão marcial, desde que sabemos ter a classe militar activa e assidua colaboração na vida politica da Nação. E' que não queremos encarar, mais por receio de sermos injustos do que por outro qualquer receio, o movimento que se desprende de Braga por estradas irreparaveis, se limita a um golpe politico que arrancando o jugo politico de um partido e passou a outro partido que neste caso é o Exercito. Pois se até o Exercito tem cooperado activamente na educação mental do país, ocupando os militares um terço, pelo menos, do professorado superior.

Demais, é injustiça dizer-se que o Exercito com titui a mais perfeita e disciplinada organização, garantia das prosperidades nacionais. O Exercito tambem sofre do formidavel abalo que, desde a guerra, vem desagregando as sociedades destruindo a propria moral. Nenhuma classe, no país e no estrangeiro, se isenta da tremenda crise que desordena o mundo.

O Exercito tem profundo espirito democratico e, porisso, é que cada um dos seus elementos se sente melhor cidadão do que militar. E ainda bem, porque nas nações civilizadas e democraticas só governa a intelligencia, com mais duradouro exito do que a força.

E são os officiaes inteligentes e honestos, alheios a interesses pessoais e a escandalos deprimentes, os quais constituem a maior e a mais illustre facção do Exercito, que mais proveitosamente tem intervindo na vida social e politica da Nação.

Da intelligencia destes, apenas, é que alguma cousa se poderá esperar.

Quere o Exercito depurar a sociedade portuguesa? Pois comece por castigar, ou, mesmo irradiar de si todos aqueles officiaes que estão comprometidos em graves escandalos e aqueles que se recusaram, outrora, a marcha para a guerra.

A Obra necessaria

O governo já anulou o decreto colonial n.º 100 e dissolveu a Policia de Segurança do Estado!

Novas marchas e contra marchas se fizeram nas ultimas horas, mudou-se o chefe do governo. O sr. comandante Cabeçadas foi substituido pelo sr. Gomes da Costa. Não nos interessam nomes, interessam-nos os actos que se realizem.

Sob a presidencia do comandante Cabeçadas e pela pasta das Colonias, gerida pelo actual chefe do governo alguma coisa se fez daquilo que temos vindo a reclamar desde os nossos primeiros numeros.

O sr. Gomes da Costa anulou o decreto colonial n.º 100. O governo dissolveu a P. S. E. Procedeu a merecer os nossos aplausos sinceros e justos. Resta agora anular o decreto n.º 101 escandalo grande a favor do Banco Ultramarino. E feito isto, mantem-se ainda as nossas perguntas:

A que vem?

Dizer ao povo o resultado do inquerito às contas entre o Banco Ultramarino e o Estado?

Ordenar um rigoroso exame á escrita da Companhia dos Tabacos?

Meter na cadeia os homens que, de 500 mil libras que os bancos deviam ao Estado, as reduziram a 30 mil, roubando o país em 470 mil libras?

Dizer-nos porque, de 15 mil contos em acções que o Estado devia receber da Companhia dos Foforos, só recebeu 3 mil?

Anular os decretos publicados pelo ultimo governo na pasta das Colonias, favorecendo contra os interesses nacionais, descarada e ignobilmente, o Banco Ultramarino?

Averiguar qual o ministro que, nesse gabinete, tinha intimas relações com tal banco, e dentro do governo, o servia e o defendia?

Prender os culpados dos escandalos temerosos e ainda não tornados publicos, das reparações?

Fazer julgar rapidamente os homens do Angola e Metropole?

A que veem?

Reduzir os efectivos do exercito que tão gravemente pesam no orçamento da nação?

Anular o afrontoso decreto que concedeu uma subvenção á força armada?

Olhar e acarinhlar esses prestimosos elementos que são os honrados sargentos do nosso exercito?

Permitir, regulamentar ou proibir esse cancro tremendo que se chama o jogo?

Marcar o limite maximo dos vencimentos do funcionario publico?

Terminar com as escandalosas acomulações?

Resolver rapida e energicamente o instante problema das transferencias do dinheiro colonial?

Dissolver e moralisar as policias e, em especial, a da investigação?

Obrigar á liquidação rapida dos abonos feitos a varios funcionarios por comissões de serviço no estrangeiro e colonias?

Olhar a serio para certas manobras dos varios cambões para as existentes?

Estabelecer, para os tabacos, monopolio, liberdade ou regie?

Notas irreverentes

Um ministerio de competencias.—Um senador que se acomoda.
Bela administração.—Um funcionario zeloso.

Até que enfim, temos um ministerio que o País ha muito reclamava—de competencias. Agora sim, é que o povo vai viver feliz e satisfeito, porque o almejado desenvolvimento da Nação vai ser um facto. Ninguem de certo contestará o valor e a competencia dos homens que ora presidem aos negocios do Estado, tão competentes como modestos, a sua modestia levou-os a declararem-se incompetentes para as pastas que lhes foram confiadas.

Assim se espressaram os srs. ministros da Marinha, Comercio, Estrangeiros e Agricultura, o que levou alguns mal intencionados a blaguearem por esta forma:

E' um ministerio de incompetentes!

* * *

Muito já o governo fez, para dar satisfação as mais instantes reclamações do País, no sentido de acudir á grave crise economico financeira que atravessamos.

Alterou a lei das pequenas dividas, de forma a favorecer os agiotas.

Reentregou o antigo franquista Teixeira de Abreu, autor do celebre decreto que mandava deportar todos os republicanos.

Instituiu a Ordem dos Advogados, por uma forma tão democratica que provocou os protestos de todos os estudantes de direito.

Extinguiu as Escolas Primarias Superiores, escolas essencialmente republicanas e de incontestavel utilidade para a educação dos filhos dos pobres.

Autorisou o casamento às menores de 14 anos.

Como se vê o governo começa a obrar.

* * *

O sr. General Gomes da Costa, afirmou nos numerosos e brilhantes discursos que fez pelo norte do País, que a anarquia que lavrava nos serviços publicos ia acabar. Pelo que todos os dias vamos lendo, verificamos que essa anarquia a que bastas vezes o sr. general se referiu, não só não acabou, como começa a alastrar, e por sua iniciativa.

E' que o sr. general Gomes da Costa, ministro da Guerra, está constantemente a invadir a esfera da acção dos seus colegas das outras pastas, dando ordens e contra ordens, acerca

de serviços estranhos ao seu ministerio e dos quais não tem o mais ligeiro conhecimento, e por forma a que a disciplina e a ordem que devem imperar nos serviços publicos, muito se ressentam.

Parece-nos que não é por tal processo, que acabará a anarquia a que o sr. general muito se tem referido.

* * *

O sr. Ministro da Guerra, General Gomes da Costa, apresentou a um dos conselhos de ministros, varios alvitres que *A Epoca* publicou e de que forneceu provas aos outros jornais.

Alvitres que parecem apontamentos de algum querido amigo de *A Epoca* tão reaccionarios eles são. Nada de novo eles apresentam, são todos, velhas aspirações dos reaccionarios de varios matizes, desde a reforma da constituição num sentido claramente conservador e presidencialista até ao restabelecimento do ensino religioso nas escolas.

Ora bolas! E' com isto que querem dignificar a Patria e prestigiar a Republica?

* * *

Aquele interessante senador pelo distrito de Coimbra, e na Luza Atenas conhecido, pelo *Parrachil*, e pelo presidente da Sociedade do Nivel, delegado da sua camara, junto da Caixa Geral dos Depositos, alem de conservador do registro predal em Lisboa, e consultor Juridico da Bolsa Agricola, procurou ha dias um nosso prezado amigo, velho republicano distinto e integro magistrado, para lhe fazer a seguinte pergunta:

«Com este decreto da dissolução do parlamento, eu não perco o lugar da Caixa Geral dos Depositos, pois não?»

Sempre a ancia de comer do sr. Pereira Gil!

* * *

Para os leitores verem o que era a administração dos Correios e Telegrafos sob o consulado do sr. Antonio Maria da Silva, vamos contar lhes um dos seus actos de administração. O predio onde está instalada a administração geral, é uma propriedade antiga de solida construção com grandes terrenos anexos, prestando-se

a um facil alargamento. Esse predio, estava hipotecado ao Banco de Portugal, tendo sido posto judicialmente em praça, e arrematado por 50 contos. Foi como se vé uma bela compra, optima.

Pois a administração geral dos correios por uma diferença de mil escudos não o adquiriu, e foi adquirir por dois mil contos, um velho predio na Rua da Palma, onde ha anos, funcionou uma fabrica de tiação, para lá se instalarem as encomendas postais.

Vejam os leitores e ta bela administração do sr. Silva. Com dois mil contos, comprava-se o predio onde está instalada a administração geral e construa-se nos terredos anexos um edificio para as encomendas postais. Ainda com esse dinheiro se reconstituia o antigo edificio que um incendio devorou ha anos.

Não o entendeu assim o sr. Silva, e resolveu adquirir para isso o velho casarão da Rua da Palma, com a agravante de serem necessarios outros dois mil escudos, para a adaptação da casa para o fim a que se destinava.

Comentarios? Para quê se a administração do sr. Silva foi toda assim,—de compadrio.

* * *

Não querem os democraticas que se lhes atri-

bua a responsabilidade desta hora de incerteza para a Republica. Por toda a parte onde assentaram arraias, a sua obra politica e administrativa foi simplesmente imoral e caotica. Pela Camara Municipal de Lisboa, excede tudo quanto se possa imaginar em materia de protecçionismo aos correligionarios com graves prejuizos para o erario municipal.

Somos informados por pessoa fidedigna que a edilidade querendo pagar os serviços prestados ao P. R. P. pelo chefe do pessoal menor,—que todos os dias dá *rendez vous* ao estado menor do seu partido,—e achando que os honorarios que o orçamento lhe consigna — 659\$00 — eram exiguos, dada a fidelidade partidaria, deram-lhe a titulo de horas extraordinarias, outros 659\$00, e, assim este feliz bonzo faz um ordenado superior a qualquer primeiro official das secretarias do Estado.

Agora como os ventos sopram de outro lado, o cavalheiro, calculou e bem, que essa situação se não manteria, e pretende resolver a manutenção desse estado de coisas, com a sua equiparação o primeiro official, tendo já requerido nesses terrenos.

Isto é a justificação do aforismo popular :

Quem não é democratico, é ladrão de si mesmo.

Nas escolas da Republica ainda se bate nos alunos!

Um espancador de crianças

Com os mesmos titulos, volta novamente A Choldra a protestar contra a forma porque certos professores, castigam os seus alunos, apesar de serem prohibidos os castigos corporais.

Cabe agora a vez ao professor da escola official do lugar do Soito, freguesia de Ovoa, concelho de Santa Comba-Dão.

Esse desalmado bate impiedosamente nos seus alunos. Ainda ha dias castigou com trinta palmatoadas uma pobre criança. Isto é uma desumanidade que não pode consentir-se nem se consentirá sem o nosso veemente protesto.

Estamos certos de que o illustre inspector escolar desse circulo, o devotado republicano sr. Cesar Anjo, desconhece o procedimento desse professor, por isso por hoje, nos limitamos a pedir-lhe providencias.

A dignificação...



No tribunal... de pequenos delittos:

—Sr. juiz, só del um viva á Republica quando passava o general...

—Vou multá-lo! Ojendeu a moral publica..

Republicanos, ajudai a CHOLDRA

Em defeza da democracia todos os republicanos saberão lutar heroicamente

Eu não sei se os senhores compreendem o que isto significa—e se atingem mesmo toda a latitude deste *mot-de-guerre*, lançado assim em rosto a todos os partidos da Republica. Os partidos são tornados responsaveis por tudo que possa vir a succeder, de futuro, aos homens da actual situação politica.

Ora quem mal nos faz,—mal não espere. E se os senhores *salvadores*, todos mais ou menos inabéis, que estão no governo, temem represalias de alguém é porque, evidentemente, piñeiam atitudes violentas e atentados às liberdades publicas.

Porque a verdade é esta—se o actual governo estivesse no poder, não como entidade politica—mas apenas numa função tecnica, com o unico fim de bem administrar os negocios do estado, certo era que nada teria a recear. O governo deitaria mãos á obra, pondo de parte o vivorio e as aclamações, dedicar-se-hia ininterruptamente ao trabalho, agiria, faria a sua obra de saneamento financeiro—e todos nós o considerariamos dentro do bom campo e dentro da sua insofismavel verdade. Não haveria ninguem de boa fé que o atacasse.

O governo estando dentro do seu programa não tem o direito de imaginar possibilidades de atentados—porque são impossiveis. Para os admitir—e nesse caso mal vai para os republicanos! é porque o governo e a sua prejudicial *entourage* se preparam para qualquer coisa de muito grave e muito prejudicial para a nação.

E essa coisa só pode vir a ser o cerceamento de direitos adquiridos e o proposito de mudar basilarmente na vida portugueza certos principios politicos religiosos que não devem estar na alçada da tropa—mas que tem de residir tanto hoje, como amanhã, na determinação decisiva do povo. Portugal tem de ser, e para isso se luta ha muitos anos—um regimen democratico, na mais pura acepção da palavra. Pela democracia ja ha em Portugal uma larga e comovedora luta de sacrificados.

Fazer uma democracia, criar um povo livre, preparando-o, educando-o, valorizando-o, dando a cada individuo as armas necessarias para a defeza do seu esforço e para a justa compreensão dos seus belos direitos de felicidade e de alegria, tem sido e ha-de ser *atravez de tudo*, a missão dos verdadeiros republicanos portuguezes. Para a realisação desta ideia, que vive exaltadamente dentro de nós, como uma chama que guia todos os nossos passos—*nada nos deterá*.

Nem ameaças, nem o arrastar pesado das botas da tropa, debaixo das nossas janelas.

E' preciso afirmar claramente e sem sofismas o nosso inalteravel ponto de vista:

—Nós queremos um regimen livre, estruturalmente democratico, feito acima de tudo pela educação civica e pela educação profissional. Estamos na esquerda, o que quer dizer na vanguarda, de todas as reivindicações sociais.

Daqui não arredamos pé.

Somos pela ordem. Mas pela ordem consciante vinda do povo—e não a ordem conseguida por imposições da praça armada, feita a golpes de baioneta e pelos processos sumarios da violencia.

Admitimos o actual estado politico nacional como uma triste fatalidade. Já ha muito que reconheciamos nos homens que nos governam, incapacidade para resolverem, por falta de espirito republicano—os problemas que interessam á nação. Contra eles erguimos constantemente os nossos protestos veementes e a nossa razão era esta—os politicos andavam fóra da Republica.

E era exactamente por estarem fóra da Republica, que nós os combatiamos em toda a violencia das nossas campanhas.

A actual situação politica que appareceu entre nós tem um norte definido, sem pontos de vista concretos, sem conjunto, desmembrada—e acima de tudo sem uma cabeça organisadora, não é para nós motivo da mais pequena especie de confiança. Estes homens, como os outros que nós combatiamos, aceitam a Republica, por comodidade—e como um rotulos. Ideias renovadoras não trazem. Principios, muito menos. A Democracia para eles é uma palavra vã e oca de sentido.

Necessario se torna afirmar isto, desassombadamente:—Nenhum dos actuais homens do governo acridita com fé—por paixão e por intelligencia, nas virtudes e na força social da Democracia.

Politicamente, esta gente, para nós, tem de ser considerada inimiga.

E em derradeira analyse e até vêr, nós só lhe podemos reconhecer o desejo honesto—de arrumar a casa, aproveitando a expressão tornada official.

Portanto em nome dos nossos principios dêmos-lhe unicamente o direito de dirigirem os negocios publicos, administrando os dinheiros do Estado com probidade e equilibrio.

Mas só isto podemos aceitar da tropa.

Agora vejamos quais são os primeiros passos dados pelo ministerio do sr. Cabeçadas.

E começamos a ver desenvolver-se a pretensão dos néo-politicos, em estabelecerem antes

O Exército na administração pública

Decididamente, a situação que vinhamos vivendo com os governos saídos do partido democratico e inspirados por um politico de rasteiras e escovinhas como era o sr. Antonio Maria da Silva, não podia perdurar. A politica de expedientes e habilidades á Barjona de Freitas fez o seu tempo. As promessas, para um povo descrente como é o nosso, só podem dar resultados contraproducentes.

Hoje faz-se a politica franca, á Herriot, pondo as questões claramente e realisando, realisando sempre. O sr. Silva, mestre em manhas politicas de regedoria, não é o chefe politico da politica de hoje. Sem a cultura do homem de Estado moderno, sem directriz definida, deslizando, ora para a direita, ora para a esquerda, o sr. Silva tinha de liquidar e com ele o democratismo monopolizador do poder ha quinze anos. Sim, o democratismo liquidou. Era um partido acelado com o sr. Silva, se-lo-ha agora mais, ainda, porque os srs. Vitorino Guimarães, Rodrigues Gaspar e Domingos Pereira não lhe são superiores.

Evidentemente, a situação em que vinhamos vivendo, em que os direitos individuaes eram postergados e a constituição violada, tinha de acabar e acabou. Ainda bem.

E' certo no entanto que a situação nova que se creou e que se vae acentuando cada vez mais de predominio quasi exclusivo do elemento militar na governação publica, nada resolve, nada modifica no sentido benefico da palavra.

O exercito é, pelo restritivo das suas funções profissionais, a corporação menos apta a gerir a causa publica. E é ver como eles declaram francamente que ignoram por completo os problemas das pastas que lhes confiam. Isto não obsta a que tenhamos já sete ministros militares e que os militares entrem na proporção de 4 para 1 nos governos civis e administrações dos concelhos. É a ignorancia a predominar.

Depois ha uma contradicção de tomo entre o que se diz e o que se faz. O exercito, diz-se, vem para reparar os erros dos politicos, o exercito não quer ser politico e pensa se mesmo em avultar todos os direitos politicos aos militares. Mas, no fundo, a pratica leva o exercito a penetrar profundamente na politica desde que uma vez se assenhoreou do poder e de hoje em diante os militares politicos crescerão a olhos vistos. Não é impunemente que se entra na politica e, quem lá entra, muito difficilmente a abandona. A politica é como um veneno que se infiltra no sangue. Quantos de nós, os politicos, descoroçoados pelos mais vivos dissabores, não juramos a todos os deuses sair da politica! ? E porventura saímos? Não, e quando saímos é para voltarmos a ela com redobrada actividade.

Mas ha mais. O exercito é hoje a corporação que menos autoridade tem para se arrogar o di-

reito de pretender moralisar a administração publica.

O ultimo orçamento de receitas apresentado ao Parlamento e referente a 1926-927 apresenta um total de 1.300.000 contos, numeros Redondos.

Pois bem : desta importancia 30 por cento vão para o exercito pelo ministerio da guerra : 8 por cento para a marinha, apesar de não termos navios, e mais 8 por cento escoam-se ainda pelo ministerio do interior para a Guarda republicana.

Quer dizer, gastamos em despezas militares 46 por cento do orçamento das receitas ou sejam 598.000 contos. Como a divida publica absorve 300.000 contos temos para as restantes despezas de administração, incluindo o fomento industrial e agricola, a instrução, assistencia e higiene, a cifra de 400.000 contos. E' uma vergonha, um crime!

O exercito é um luxo que esta republica de opereta se permite ostentar com grave sacrificio do povo e da economia nacional, é uma superfluidade que não tem qualquer justificação. Para defender a integridade do territorio? Mas é ser ignorante da moderna sciencia da guerra levantar tal afirmação,

Com ou sem ele teremos de correr sempre os mesmos riscos. A guerra moderna é uma guerra de quimica, uma guerra de competencia industrial. Quem não tem industrias quimicas devidamente montadas não póde pensar em defender-se. A guerra estrategica acabou. O exercito? Para que nos serviria ele se a Espanha nos quizesse agredir? São tolos, ignorantes ou interessados os que defendem uma tese oposta.

Ha ainda outros aspectos moraes. O exercito tem ainda fóra dos quadros 1.800 officiaes, isto é tem gente a mais, sem colocação. E ha mais. O exercito tem no seio officiais que durante a guerra se reformaram e que passado o perigo reentraram na actividade. Que prestigio tem pois o exercito para se arrogar o direito de pretender moralisar a administração publica e falar da incompetencia dos politicos? Ah! sim estes teem grandes culpas e uma delas é não ter suprimido o exercito, applicando as economias daí resultantes ao fomento nacional. Mas não fizeram nada disto, antes ao contrario, tudo sacrificaram, o povo e a Nação em holocausto ao exercito e á marinha.

O problema nacional com a intervenção do exercito na politica não melhora, antes se agrava mais, como teremos occasião de ver.

Mas a politica antiga, com os democraticos ou sem eles, exercida por outros individuos ou agrupamentos, tambem não póde ressuscitar.

Tudo tem de ser modificado a começar pelo Parlamento. Não se remodelam as sociedades com processos velhos.—J. C.

A Legião Vermelha

Nós somos os que não temos que perder!

Porque tudo nos roubaram.

Vamos em marcha, cantando canções heróicas onde tremem as vibrações da voz de Spartaco, o *Surge et ambula* duma legião de famintos...

Nós somos os que não temos que perder!

E sabes por quê, Burguês?

Porque andámos, desde pela manhã até á noite, a fazer-te o Capital com o suor do nosso rosto. Nós andámos com os nossos braços a criar o inimigo. O leite que gerámos envenena-lo tu; é energia criadora; torna-lo energia inimiga. Nós somos como a Isis lendária; tu és como o filho de Typhão.

Tu bebe-nos o sangue. E o teu sangue vermelho é feito do nosso sangue. Asfixiou-nos o vapor das tuas fabricas; andámos trabalhando cinco horas por dia para ganhar seis vintens e para te produzir cem contos.

E por isso nós não temos que perder!

E por isso avançamos. Porque uma força nova nos ergue dos *túmulos* onde vivemos, e vamos á posse dum Mundo perdido. Afastae-vos, vós os que temeis: nem queremos maguar-vos o corpo, nem queremos enojar-nos de vós. Afastae-vos depressa: nós somos uma calamidade que passa.

Passamos as Fabricas...

Que é do Pão?

Não ha Pão!

Mas olhem a Industria moderna! Como tu a amas, Burguês! Ouvimos dizer que é o orgulho do nosso século. Sim, isto que nos mata—é o orgulho do nosso século! Contemplem esses prodígios de mecanismo, os milagres dos engenhos, a pressa nervosa dos embolos. Admiraes, esfomeados! caí de cócoras miseraveis! Não tendes pão em casa? Mas, deveis alegrar-vos, porque isto é o orgulho do nosso século! Como deve encher-nos de satisfação o vermos que produzimos automoveis tão ricos, *toilettes* tão luxuosas, maquinas tão necessarias... e que temos os filhos tuberculosos!

A tua industria! ah! a tua industria é como um velho monumento egipcio; derrêa os braços dos miseraveis; alimenta-se da fome dos vencidos.

Mas tu dissesseste; *Eu amo o trabalho e os que trabalham!*

Bravo, Burguês! Tu tens uma alta consciencia moral!

Obrigado! Obrigado pelas tuas palmas!

Olhae, desgraçados do mundo! olhae, esfara-

rapados das sarjetas, ó aves nocturnas das minas! Aclamae esse homem que vos ama, porque vocês trabalham!

Ah! mas eu bem ouço a vossa voz ardente. Despresae essa fera que quer perpetuar o seu roubo! Despresae esse bandido que ama o nosso trabalho!

E nós passamos os Lares...

Que é do Amor?

Não ha amor!

A santissima instituição do matrimonio é um negocio escuro. Nos teus filhos não ha este natural produto de dois corpos que se amam: mas esta sordidez hedionda de duas moedas que se procuram. Geralmente, a unica coisa que teem de ti é o teu orgulho e o teu dinheiro. O teu sagrado casamento é o *coemptio*; com esta diferença: que no tempo dos romanos simulavam a venda, tocando a balança com uma moeda de cobre, e hoje não se simula a venda, porque a venda é real; e a respeito de moedas de cobre, só se ostenta a flôr de laranjeira. A dissimulação é mais grave, a perfidia é mais vergonhosa.

Emquanto a nós, depois de esfalfados pelo trabalho violento, iamos receber nos braços, orgulhosamente, aquella que amávamos. Não iamos receber a tua sanção — amavamos livremente, esplendorosamente. Era a unica coisa livre que faziamos. Mas tu enojavas-te, dignissimo monstro, e chamavas a isto concubinato. No entretanto tua mulher corria as lojas de modas; teu filho dormia com as creadas, e tua filha andava em leilão.

Apressae a marcha, ó vós que vindes atrás! Pisae, pisae-me os calos e a Moral a esses burguêses! Lançae a voz, a hercúlea voz pelo espaço, e prendeí mais nos vossos labios a libidinosa bôca da vossa amante! Vêde, ella é fresca como um morango metido nágua e mais vermelha que uma veia cortada! e os seus labios teem mais perfume do que dois cravos regados com almiscar! E dizei comigo; Bemdito, mil vezes bemdito o nosso concubinato!

Passamos as Academias...

Que é da Arte?

Veem tambem connosco os poetas, os artistas, aqueles que compreendem o aneio févido da linha e o espasmo sanguinolento da côr; aqueles que mais descobrem no Universo e mais na Terra vivem os que sabem ler nos gestos, e nas almas os que compreendem o ritmo das coisas e o correr manancial da Harmonia.

Ei-los, os teus inimigos, os filhos orgulhosos da Terra. Ser artista é saber dar alma ás coisas; é viver num mundo de maravilhas. Veem connosco, esses filhos da maravilha. Cantam connosco; esses creadores de belleza.

Passamos os Tribunaes...

Que é da Justiça?

Não ha Justiça!

«Meus irmãos, é premitido roubar o Trabalho! mas não póde ser roubado o Capital!

«Tod's as revoluções são ilegítimas.»

Quem rouba um pão tem a cadeia! quem mata mil vidas tem a Fortuna. As prisões estão cheias de explorados; os brancos acumulam o fruto dos latrocínios. Eis o Direito. Eis a Justiça.»

«O Capital é um roubo; é preciso garantir este roubo.»

E' preciso condenar sem lagrimas. Bom juiz é aquelle que não chora. Uma sentença justa é a que se dá sem tremer.»

Mas digamos nós, bem alto e bem firme: Fóra a justiça dos condenam tranquilamente! Fóra os bandidos que condenam sem lagrimas! Daqui para o futuro, quando condenarmos, saberemos chorar!

Passamos as Democracias...

Que é da Liberdade?

Ha só a liberdade de defender os preconceitos comuns. As bocas livres sufocam-se, e as respirações vigorosas oprimem-se. No tempo de Roma triunfante, mata-se Giordano; no tempo dos exercitos permanentes prende-se Hervé. Dizei-me, dizei-me, trampolineiros: que diferença existe?

Mas nós gritaremos, nós os sinceros, nós que conspiramos contra as oppressões e contra todas as mentiras: que a Liberdade venha até para os nossos inimigos! E que a Palavra seja o unico meio de condenar Palavra!

E passamos as Igrejas...

Que é da Religião?

Não ha Religião.

Cinco milhões de homens são cinco milhões de supersticiosos. Uns crêem no Santo Antonio, outros crêem no fatal Determinismo.

Mas nós vamos viver religiosamente. Nós cremos no absoluto da nossa Justiça; ha algumas coisa na nossa alma que nos diz: Não é baldado o teu esforço. E nem tudo serão cinzas no momento final.

Deixae passar, honestos exploradores da carne; inconscussos juizes ferozes, dignos padres ateus, os que amam a Vida e desprezam os Adjecti-vos!

A Legião vermelha. Já não é feita de escravos; e o nosso bastão é um sceptro de senhor.

Tremei, tremei, Burgueses! Deixae passar os soberanos! Nós somos os que não temos que perder!

RAUL PROENÇA

(D'A ALMA NACIONAL, de Junho de 1910)

PROCESSOS...

Um convite perentorio ao «Seculo» e, espe- cialmente, ao sr. João Pereira da Rosa

Porque varios jornais se teem referido com justiça á nossa campanha de combate a muitos e variados escandalos nacionais e, em especial, ao caso das 400 mil libras, o *Seculo* publicou a seguinte local:

«PROCESSOS... De todos os tempos, os jornais de pouca ou nenhuma categoria, os panfletos, etc., buscaram nas transcrições da verdadeira Imprensa a autoridade que pessoalmente lhes faltava. Isto é, á mingua de autoridade propria, cingiam-se á alheia e assim conseguiam ás vezes pelo menos, parecer que dispunham dalguma influencia no consenso publico.

Agora como tudo mudou, são os jornais que se incutem serios os que vão forragear na escumalha da Imprensa argumentos para atacar quem nada teria, seguramente, de temer da verdadeira Imprensa seria. Porque é de supor que esta não apela para os da *Choldra*, se possuísse argumentos de casa para invocar no ataque. Nem sequer que o faça para fortalecer os que porventura possua, visto a companhia concorrer apenas para lhes comprometer.

Em resumo, de tal inversão de processos resulta, como é logico, uma inversão de resultados, ou seja a aparente ilibação do atacado, ainda no caso do ataque ter justificação, e o abandalhamento do atacante, em qualquer caso.

Não acreditamos que quaquer nosso colega da redacção daquele jornal tão vil insinuação fosse capaz de escrever.

Eles sabem q'ais são as pessoas que dirigem a *Choldra*.

Muitos nos conhecem de largos anos. Somos pobres e somos honrados. A nossa vida publica e particular faz-se á clara luz do dia.

A vida do jornal que dirigimos é tão clara que a nossa escrita e toda a documentação estão ao dispor de todos os homens que as queiram examitar.

Os nossos 3.000 exemplares valem, pela autoridade moral que possuímos, mais do que os 40 mil do *Seculo* sob a direcção do sr. Pereira da Rosa que, se não *rovar* e não *esclarecer* a insinuação feita a respeito da nossa seriedade e dos que aqui trabalham, será o *mais vil dos caluniadores!*

Sr. Rosa! Porque não é a *Choldra* Imprensa séria?

Porque não está ligada aos *cambões* que o *Seculo* serve?

Porque o seu director não frequenta, não conhece nem nada pede e quer dos que o *Seculo* defende?

Vamos sr. Rosa!

Diga um acto, uma palavra, um facto da nossa vida particular ou publica que seja indigna de um homem de bem!

A situação do pessoal ferroviário do Estado

De como de uma entrevista se pode concluir logicamente o bem que os funcionarios podem exigir e o mal que não devem fazer

Conhecendo sobejamente a aflitiva situação que atravessam os ferroviários do Estado e no intuito de pormos os nossos leitores ao corrente do que se passa nos Caminhos de Ferro do Estado entrevistamos um funcionario inteligente e sensato destes caminhos de ferro — alguém que sabe o que quer, o que pensa e o que diz.

Inteiramente á nossa disposição e com uma franqueza cativante, palavra fluente e fácil, expressão clara e concisa, disse-nos o que a seguir reproduzimos:

—Que nos diz acerca das reclamações da sua classe?

—Desconheço-as por completo, porém, posso garantir-lhe que o pessoal dos Caminhos de Ferro do Estado na sua grande maioria não deseja que os seus superiores hierárquicos sejam perseguidos; deseja tão sómente que a sua precária situação económica seja melhorada.

Os vencimentos do pessoal, sobretudo de algumas classes, são tudo quanto há de mais irrisório.

E senão vejamos: um sargento do Exército vencia em 1914 10.50 mensais e um factor de 3.^a classe dos Caminhos de Ferro de Estado 15.00. *Pois hoje o mesmo sargento vence mensalmente 700 e tantos escudos e factor da 3.^a classe 429.00 ou sejam 270 e tantos escudos a menos!*

E note bem, não há relação alguma entre os serviços e reponsabilidades do sargento e os serviços e reponsabilidades do factor!

E' necessário frisar que o factor trabalha 12 e mais horas consecutivas e está sobrecarregadissimo de reponsabilidades.

— Realmente a desproporção é enorme!

— Não sei a que attribuir semelhante disparidade, porém, afigura-se-me que isso se deve unica e simplesmente ao fraco critério que se tem seguido na confecção das tabelas de vencimentos.

— Qual o seu pensar acerca dos vencimentos?

Quais são as justas equiparações

— Entendo que o sr. Ministro do Comércio e Administrativo geral devem quanto antes estabelecer uma equiparação de vencimentos entre o pessoal de estações, comboios e máquinas equiparando: Os inspectores principais dos diferentes serviços, chefes do pessoal de trens e chefes de revisores de bilhetes aos chefes de secção administrativos; aos chefes de deposito seria attribuido o actual vencimento dos inspectores dos diferentes serviços; aos sub-chefes de deposito, sub-chefes revisores de bilhetes e sub-chefes do pessoal de trens seria attribuido o actual vencimento dos chefes de deposito; aos chefes de estação principais e maquinistas principais seria attribuido um vencimento intermediário entre o dos sub-chefes de deposito e o dos empregados de escritorio principais, por exemplo 55.00 < 12 = 660 < 00; Os chefes de estação de 1.^a classe, revisores de bilhetes principais, condutores principais, maquinistas de 1.^a classe e bilheteiros principais equiparados aos empregados de escritorio principais; os chefes de estação de 2.^a classe, revisores de bilhetes de 1.^a classe, condutores de 1.^a classe, maquinistas de 2.^a classe e bilheteiros de 1.^a classe equiparados aos empregados de escritorio de 1.^a classe; os chefes de estação de 3.^a classe, revisores de bilhetes de 2.^a

classe, condutores de 2.^a classe, bilheteiros de 2.^a classe telegrafistas principais e empregados de escritorio de 2.^a classe equiparados aos chefes da 1.^a secção médica do serviço de saúde; os fiéis de estação, telegrafistas e aspirantes a revisores de bilhetes equiparados aos fiéis do arquivo da Repartição Central; os factores de 1.^a classe e guarda-freios de 1.^a classe equiparados aos desenhadores de 3.^a classe; os factores de 2.^a classe e guarda-freios de 2.^a classe equiparados aos escreventes, equiparação que sempre mantiveram; os factores de 3.^a classe equiparados aos continuos de 1.^a classe e os praticantes de estação equiparados aos praticantes de escritorio.

Além destas equiparações basilares urge conceder melhoria de vencimentos extensiva a todo o pessoal.

— De facto é indispensavel...

— Bem vê; de tudo isto resulta um mal estar geral que vai alastrando dia a dia, pois, infelizmente constata-se que o pessoal de estações, comboios e máquinas que é afinal o que mais trabalha e maiores responsabilidades tem, (este sem desprimor para as restantes classes que considero muitissimo), é o que se encontra mais mal remunerado.

E sobre receitas e despesas?

Há vários processos de angariar receitas; para se conseguir esse «desideratum» basta uma cuidada revisão a determinar as tarifas e a classificação geral de mercadorias; criar as antigas tarifas para o transporte de volumes até 10 quilos entre as diferentes Empresas, etc, etc.

Sobre a redução de despesas devo dizer-lhe que há muito por onde cortar, o essencial é haver quem meta ombros á obra.

Para que carecem os Caminhos de Ferro do Estado dessa aluvião de fornecedores que lhe levam annualmente milhares e milhares de contos?

Acaso a Administração Geral e as Direcções não poderão adquirir os materiais e combustiveis de que carecem directamente das casas fornecedoras!

Para que são necessários intermediários?

Para nos levarem a receita quasi toda?

— Que nos diz acerca da organização dos serviços?

— A organização que rege presentemente os caminhos de Ferro do Estado está completamente esfragalhada, tantos tem sido os remendos, alterações e aclarações!

Nem o senhor faz ideia! Imagine que esse malfadado decreto determina que ao empregado doente se lhe cortem 50% dos seus vencimentos ao fim de 90 dias de doença! E' espantoso! Pode lá admitir-se que quando o empregado mais carece do seu minguido vencimento para se tratar se lhe vá cortar metade?

— E' fantástico!

Não exagero, creia; e certo que noutro artigo se determina o abono dos 50% pelo Fundo da Assistencia, porém há desgraçados que morrem muitos antes de receberem esses abonos, tal a morosidade e as dificuldades que se engendram á volta de semelhantes abonos!

As legítimas aspirações dos ferroviários

— Como obviar a tão vergonhoso estado de coisas?

— Só publicando immediatamente uma nova organização com a colaboração do pessoal.

A Igreja pretende o ensino religioso para embrutecer o povo

A Igreja é, a inimiga secular da liberdade. Para salvar o dogma combateu o livre exame e empregou contra ele os peores meios. Quem sendo religioso, dum fé mais pura que a dos corrompidos dignatarios da Igreja, se insurgisse contra as arbitrarias resoluções dos concilios era perseguido e queimado em vida.

A Igreja para manter sua subtil e complicada definição de fé não recuava diante de nenhuma violencia. Apelidados os dirigentes de hereticos, e movia-lhes uma guerra impiedosa, crudelissima de exterminio. Não é preciso recordar os albigeres que apesar da sinceridade da sua fé foram implacavelmente trucidados. Evocar a Santa-Bartelemy e já um logar comum, um inutil logar comum, e já inutil, de tal maneira ela é conhecida de todos. A propria Igreja sorri-se unicamente quando ai a lançam em rosto...

A igreja lutou sempre intolerantemente, exasperadamente, pela liberdade. Mas esta foi uma consequencia do progresso e tornou-se a certo altura inevitavel. No seu arranco sublime, passou por uma das decisões da Igreja e quasi a ia cadaverizando.

Rolam os seculos e a Igreja, astuta, cinica, começa a amparar-se do conceito de liberdade servindo se dele para tentar esmagos os seus inimigos vitoriosos.

De então para cá a palavra de liberdade anda constantemente nos labios dos jesuitas. E é em nome da liberdade que a Igreja alinha seus exercitos de rapina e se prepara com eles para trazer os povos á antiga escravidão.

Pede-se agora a liberdade de ensino religioso e apesar dessa reclamação não ter sido formulada por nenhuma manifestação colectiva ou corrente de opinião suficientemente forte para poder ser tomada a serio, os senhores da tumultuosa e desordenada hora que passa preparam-se para atender os desejos clericais de Ranens alegando mentirosamente que satisfazem uma das mais instantes reclamações da Nação.

Eu tenho conhecimento de que na Administração Geral se encontram há mais de um ano dois projectos de organização — elaborados pelo pessoal, que satisfazem as suas legitimas aspirações.

O pessoal precisa saber duma maneira clara e inofensível os direitos e deveres que lhe assistem, sem que haja o direito de evasivas dos nossos dirigentes em concederem ao pessoal esta ou aquela regalia, como ao presente acontece, pois que se há um artigo que lhe dá uma concessão, segue-se-lhe um outro pondo-a em duvida e daí resultam os atropelos ás leis que só servem para gerar más vontades e muitas vezes até a indisciplina.

Argumenta-se que um pai tem o direito de educar seu filho como entender e que porisso a concessão da liberdade de ensino religioso nas escolas particulares não deve ser combatido senão por pessoas dum ateismo cheio de odio, de agressividade e de intolerancia. Esse argumento carece de base. Educar é uma coisa e inculcar nas crianças uma religião é outra. Educar cabe exclusivamente aos pedagogos, inculcar religiões cabe aos sacerdotes. E' absurdo dizer missa numa igreja. Ora nenhum pai está impedido de ensinar, no seu lar, os seus filhos as vezes que entender e de os ensinar para a igreja a decorar doutrinalmente e mecanicamente o cataclismo—inaccessivel á sua tenra cerebração. E tanto assim é que os padres atravessam triunfalmente as ruas da cidade com ranchos de crianças que ele catequiza nos dias e até nas horas que lhe apeteça, sem que lhe seja feita a minima restrição. Em casas de pessoas religiosas as crianças não se deitam sem fazerem as tradicionais orações—e ninguem privou os pais de fanatizarem os filhos.

O ensino religioso só é bem cabido em seminarios visto que é neles que se faz a aprendizagem para cura de almas. E os seminarios tem funcionado á vontade—e novos padres tem surgido a sobrecarregar os fieis com a sua sustentação.

Uma vez que a igreja goza de tantas liberdades, concedida generosissimamente pelos seus inimigos, como se concebe que se venha reclamar entre um sectarismo que ninguem vê e contra uma intolerancia inteiramente desmentida pelos factos?

Para que pretende a Igreja invadir a escola? A resposta é simples. Para conquistar a «liberdade» de não ensinar as crianças embrutecendo-as, estreitando-lhes os cerebros, afim de fazer delas seres suficientemente debis para mais tarde a sociedade portugueza constituir um imenso rebanho comandado pelo autoritarismo anti-moderno e anti-republicano de Roma.

Por tudo o que lhe acabo de expor torna-se, pois urgente a intervenção do sr. Ministro do Comércio no sentido de que seja publicada a nova organização dos Caminhos de Ferro do Estado para acabar duma vez para sempre as anomalias existentes.

Diga no seu jornal que o pessoal dos Caminhos de Ferro do Estado aguarda serenamente a decisão do sr. Ministro do Comércio acerca das reclamações que acima deixo expostas e que de resto representam, posso affirmá-lo, as legitimas aspirações da classe ferroviária.

A SOMBRA DOS EMISSARIOS

«O amigo devo ser mestre na adivinhação e no silencio...»

Ocorreu-me este pensamento de Nietzsche, a propósito do último movimento militar, a extraordinária dedicação dum alferes que com uma veemencia silenciosa, com um heroismo concentrado, tomou parte na revolução de cinco de dezembro, rodeando Sidonio Pais, como uma sombra protectora e amiga.

Toda a sua acção diluo-se na sombra, perde-se no tumulto dos acontecimentos e se revelasse o seu verdadeiro nome, não conseguiríamos fazer á sua volta um pouco de claridade, porque a sua fina sensibilidade, o seu espanto supremo derramado na amizade, fizeram que não deixasse o menor vestigio toda a odisséia interessantissima da sua intervenção, dos seus dedicados prestimos junto do chefe do movimento deembrista.

O alferes Bravo tinha por Sidonio Pais, um culto, uma adoração que roçava pelo misticismo. Sidonio Pais era para este romantico alferes, uma figura imponderavel que se erguia do passado legendario, que acima dos homens, dos factos e da epoca, abria o caminho que daria a Portugal, a continuação da sua passada grandesa.

Como naturalmente só o alferes Bravo sentia assim, como só ele descobria no chefe do deembrismo tamanha força indelevel, lendaria, devotara-lhe um grande culto, e tinha o orgulho logico desta descoberta, como da inesperada aparição dum fabuloso tesouro.

E como um tesouro oculto, como um talisman que daria a Portugal a felicidade, a grandesa perdida, o misticismo do alferes Bravo, transformava se assim no delirio anonimo, num culto silencioso e avaro.

E o alferes Bravo, possuido desta obsessão não descansava, não dormia.

—E se roubassem a sua pedra? O seu tesouro?

E assim fazia intenção de adivinhar sem perigo: Os emissarios.

As conferencias continuas e os acontecimentos, a nova situação forçava o chefe do deembrismo a aceitar, enchiam-no de pavor.

— Aquelas conferencias são um grande perigo... Os emissarios roubam-nos. Roubam o meu querido tesouro!

Tornou se indiscreto. Desenvolvia uma verdadeira actividade de espião.

Espreitava, excitava, aliciava gente para que lhe dissessem que fazia, que dizia o seu chefe, o seu adorado tesouro.

Os emissarios eram cada vez mais numerosos e com eles crescia a amarura do alferes Bravo, e por fim o seu desalento.

Sidonio já não é uma ideia, já não é uma lenda figura do passado. Já não é a força do pais que manda, que actua no sentido do seu proprio resurgimento.

E' um tirano vulgar. E' um mediocre.

Onde está a sua intelligencia que não vê o que se passa á sua volta?

Onde está o seu tacto politico que não se apercebe da figura que está fazendo?

Durante a sua estadia no poder passam-se coisas tremendas, que não é possível partirem dele. São eles os emissarios, que lhe roubam a intelligencia, que lhe vedam o caminho das realidades, que o impulsionam a safr fóra de si, e a proceder mal...

E nos delirios da sua extraordinaria dedicação, o alferes Bravo blasfemava:

—Malditos!... Malditos sejam os emissarios... E não acabo com isto, com esta atmosfera da segredinhos, com este ambiente de intriga, com estas continuas transigencias, está tudo perdido...

E na sua boa fé, o alferes Bravo attribuia tudo aos emissarios...

—São eles!... São eles que tudo deitam a perder... são eles que instigam o presidente a mudar de rumo, e seguir o rumo dos perseguidores, o rumo dos seus interesses. São eles, os cobardes, que reclamam força, que querem tudo á ponta da espada, são eles enfim que imploram a tirania.

E Sidonio Paes, dá-lhes ouvidos. Sidonio Paes já não é nada do que eu supunha. Já não é esse sonho de redenção, já não é um sincero... E' um tirano... Roubaram-mo... Roubaram-mo, os emissarios...

Louco, furibundo, mas sempre silencioso, discreto, o alferes Bravo, utilisou todos os meios para impedir a invasão dos emissarios. Escreveu cartas anonimas ao presidente.

Muitas vezes negou-o. Outras houve que nos jornais saíra noticias para preparar um ambiente contrario...

Tudo foi inutil.

Sidonio Paes, cada vez mais se deixava envolver por um duvidoso *entourage*.

Misteriosamente, o alferes Bravo, foi afastado.

Perdido de todo, exclamou ele... Querem acabar de o perder.

Dias depois, Sidonio Pais caía morto, na estação do Rossio.

—Os emissarios... *A entourage!*...

Tal foi a historia que alguem muito conhecida dos bastidores a politica, me contou, enquanto desfilavam as tropas da última parada militar, ao desfilarem diante do general Gomes da Costa...

EDUARDO FRIAS.

CRONICA DOS TEATROS

TEATRO AVENIDA—*A comedia mustcada em 3 actos, O Dr. da Mula Russa, pela companhia Satanela-Amarante.*

Esta comedia espanhola de que os cartazes não indicam o nome do autor, tem uma construcção quasi identica ás das peças originaes da parceria que o traduziu. Ernesto Rodrigues, Felix Barmudes e João Bastos, marcaram entre nós, durante anos, um lugar que talvez até hoje, no teatro português — nunca tivesse sido excedido. *O Conde Barão, o Leão da Estrela, o Poço do Bispo* e algumas outras peças de traço grosso e popular, carpinteiradas com exuberancia, podem considerar-se, sem esforço, como a unica manifestação efectiva do nosso teatro original. São os unicos escritores que se apresentam com continuidade e com um processo definido, dando a todos os seus personagens—embora incaracteristicos como figuras, uma realidade de bom humor e de boa chalaça. Teatro sem observação, sem critica, sem ter origem na verdadeira farça, afirma-se entre nós, na baixa comedia, duma forma decisiva, com os seus enredos complicados e o sentido oportunnissimo dos seus apropósitos flagrantes.

O Dr. da Mula Russa é uma peça parece que espanhola, mas construida e urdida na forma usada pelos três aplaudidos comediografos portugueses, assemelhando-se não só nalgumas scenas e nalgumas situações mas até a sua má linha estrutural ao *Poço do Bispo*, peça que nas duas ou tres épocas foi um formidavel exito de Nascimento Fernandes. Mas como os pormenores variam, o meio é outro e a comedia começa a desenrolar se num primeiro acto bem arquitetado e feliz. *O Dr. da Mula Russa*, recheado de boas piadas e de bons ditos, enche á farta três horas—que se chegam a fatigar o publico é pelo excesso de peripecias e pela abundancia pletorica das situações.

Estevão Amarante, Satanela, Antonio da Silva, João Silva e todos os artistas do Avenida

deram ao *vaudeville* uma interpretação animada, viva e certa sendo de destacar nos scenarios, o primeiro bem conhecido, e solido — mas a que falta bom gosto e elegancia.

TEATRO APOLLO—*Santo Antonio misterio em 3 actos, original de Braz Martins.*

Braz Martins, de que desconhecemos vida e obras, deve ter sido um popular escritor de teatro simples, ingenuo e gracioso. A essa conclusão chega quem assistir á representação da peça actualmente em scena no Apolo escrita ha quasi um seculo, mas que fugindo á regra dos velhos misterios religiosos nacionais, solidos e pesados tem, pelo contrario, certa frescura e leveza, que nos agrada e interessa. A cristã moral desta obra, alheia totalmente a noções theologicas e a preocupações de restrito catolicismo, apresenta-se nos exteriorisação ingenua da vida exemplar do santo — e na cronica dalguns dos seus tradicionais milagres, que servem para justificar o poder da sua bondade — e da sua fé. Não fica mal a ninguem ir ao Apolo assistir a alguns episodios da historia de Santo Antonio, pois não haverá ninguem por mais anti-religioso que seja, que não tenha de reconhecer nesta peça branca e ingenua—senão sentimentos puros e lobres.

Rafael Marques, no protagonista e os modestos artistas da sua companhia representavam este milagre onde ha anjos, diabos, musica, frades, santos e alçapões, com a melhor das boas vontades e dentro cada uma das suas possibilidades artisticas.

C.

NO PROXIMO NUMERO

A revista de Eurico Braga, no

S. Luiz — a troupe francesa do

Bataclan, no teatro da Trindade

Fotografias do sr. dr. José Domingues dos Santos

Na administração de **A Choldra** recebem-se pedidos para o envio de belas reproduções de uma fotografia do **leader** da Esquerda Democratica que

TODO O ESQUERDISTA DEVE POSSUIR

Basta enviar **1\$50** para cada fotografia para receber na volta do correio.

TABACOS

Surgiu novo governo salvador. Ainda não se disse ao país em que regime de negocio dos tabacos ficamos vivendo:

Liberdade, monopolio ou «regie»?

Que negociatas se estão fazendo em torno deste magno assunto aproveitando a manifesta e declarada incompetencia dos que governam? Que compras se irão fazer?

Sr. Presidente do ministerio!

Liberdade, monopolio ou «regie»?

A Nação quer saber! A Nação exige que o governo diga o que pensa!

Ou tal assunto será, para o governo, de menor importancia?

Ou o reconhecimento da capacidade juridica á egreja é mais urgente do que a resolução do problema dos tabacos?

Liberdade, monopolio ou «regie»?

O Povo já advinha que, a continnar o descalabro financeiro das espantosas despesas com as tropas, se irá cair.

no Monopolio

Empenhando-se de novo e vergonhosamente o negocio das Tabacos a troco de um

Emprestimo

que se sumiria na voragem tremenda das clientelas novas que agora surgiram?

Se tal crime se comete, maior razão nos existe para gritar ao paiz, para gritar ao Povo e para gritar ao Exercito:

Todas as revoltas se justificarão!

A CHOLDRA

Semanario republicano de combate e de critica á vida nacional

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Mensal 4\$00 esc. — Trimestral 12\$00 esc. — Semestral 24\$00 esc. — Anual 48\$00 esc.

Pagamento rigorosamente adiantado. Sendo a cobrança feita pelo correio, acresce,

a respectiva despesa. — O leitor que angariar 6 assinaturas trimestrais

terá direito a receber gratuitamente **A Choldra**

durante o praso de um semestre.

A' VENDA EM TODAS AS TABACARIAS